

78
FIDELINO DE FIGUEIREDO

UM SÉCULO

DE

Relações Luso-Brasileiras

(1825-1925)

(Separata da REVISTA DE HISTÓRIA, vol. 14.º, 1925)



EMPRESA LITERÁRIA FLUMINENSE, L.^{DA}

125, Rua dos Retrosiros, 125

LISBOA

LIVRARIA BERTRAND, S. A. R. L.
LISBOA — COIMBRA — FARO

Museu Nacional da Ciência
e da Técnica

N.º 134

Um século de relações Luso-Brasileiras

1970 — Instituto Brasileiro
de Estudos Sociais

Um século de relações luso-brasileiras

PORTO — Imprensa Portuguesa

Rua Formosa, 116

FIDELINO DE FIGUEIREDO

UM SECULO
DE
Relações Luso-Brasileiras
(1825-1925)

(Separata da REVISTA DE HISTORIA, vol. 14.º, 1925)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL
MUSEU NACIONAL DA CIÊNCIA
E DA TÉCNICA



RC
MNCI
94
FIG

EMPRESA LITERÁRIA FLUMINENSE, L.^{DA}
125, Rua dos Retrosiros, 125
LISBOA

Um seculo de relações luso-brasileiras

(1825-1925)

É quasi superfluo fallar de Portugal no Brasil e deste em Portugal, porque ambos os povos, ao menos as suas classes cultas, conhecem bem as razões de se entre-amarem e prezarem, tão solidarios e persistentes são os laços espirituaes que vêm de três seculos e um quarto d'outro e que marcaram com sello de lusitanismo indelevel a personalidade desse magnifico imperio! Creio até que um silencio sanatorial convinha aos dois povos de lingua portuguesa a respeito desse cansado thema das relações luso-brasileiras, porque, confundindo-se lamentavelmente o fallar e o executar, chegou-se nos ultimos tempos ao choque de dois extremos por igual condemnaveis.

Se os brasileiros têm o direito de se não deter nessa empreza ingente de construir a sua patria e de querer fazer corresponder á autonomia politica, geographica e economica a autonomia espiritual, se os seus esforços são triumphos constantes, porque podem hoje ostentar uma cultura brasileira, com distinctas peculiaridades, têm tambem o dever de se moderar na proclamação desse direito augusto e na exaltação das suas conquistas, naquelle ponto em que taes sentimentos tomem o caracter duma lusophobia militante e injusta.

Outrosim, os portugueses, se têm o direito de advogar o prestigio da velha metropole, de promover a fruição de todas as vantagens legitimas da lingua commum, alargando em Santa Cruz o conhecimento da cultura nacional e dos seus valores, têm de saber que lhes corre o dever de attenuar a uma medida razoavel e equilibrada a prociamação da parte gloriosa, que lhes cabe no erguer da patria brasileira e que ninguem disputa, e de reconhecer o muito que o povo irmão fez num seculo de independencia. Os portugueses têm o dever limiar de não ferir a sensi-

bilidade brasileira, muito vibrátil e suspicaz, como de povo moço, com um acintoso desconhecimento da autonomia moral dum povo, que já não é «a outra banda de Portugal». Têm o dever de não arrastar o nome da sua pátria em phantasias diplomaticas de aproximações maiores do que as feitas pela historia, de alianças e confederações, em que não ha a devida reciprocidade de serviços e de interesses, e em que só se traduz a philautia, ingenua ou serodia, de quererem mudar a face do mundo povos a quem o governo do mundo não está confiado...

A minha amizade ao Brasil está bem demonstrada e o meu obstinado sentimento patrio já recebeu tambem sufficiente tempêro de amargura probatoria para á vontade poder applaudir aquelle nacionalismo brasileiro, não lusophobo, nem xenophobo, que com firme commedimento de expressão declara a sua vontade de insuflar no formidavel corpo brasileiro uma alma brasileira, que não renega a hereditariedade de que provém. Encontrei essa sobriedade, recentemente, num escrito do sr. Renato Almeida, o arguto critico do *Fausto*, de que reproduzo o passo mais incisivo:

«Outro preconceito que não deve subsistir é o que nos quer fazer um desdobramento na America do povo portuguez. Nem d'elle nem dos outros que nos geraram. Sob a acção formidavel do meio physico brasileiro, o homem estrangeiro se transformou e a terra o perfilhou. O proprio residuo do aborigene se fundiu no typo novo, ainda em formação, mas absolutamente diverso de qualquer dos povos primitivos e já muito caldeados com os demais que para aqui têm vindo. A nossa condição de americanos nos liberta das formas europeas e o nosso destino não é proseguir a obra portuguesa, mas fazer coisa propria e livre, naturalmente com a marca das influencias e heranças recebidas, mas sem sujeição e sem dominio. Nem fusão politica nem unidade litteraria com Portugal. Respeitemos com veneração as glorias portuguesas, mas não acreditemos que sejam forças capazes de orientar o Brasil, cuja finalidade se traça em outros termos e para outros destinos. Nem politica nem litterariamente se harmonisam os ideais dos dois paizes e não se pode fallar em raça commum, quando o caldeamento ethnico do Brasil nos faz typos tão diversos dos portugueses. O nosso universo é inteiramente outro e a transformação da lingua entre nós accentúa cada vez mais essa separação». (*O Jornal*, artigo *Passadismo e imitação*, 20 de julho de 1924).

Subscreveria todo este pensar, feitas algumas restricções aos seus assertos. O Brasil é innegavelmente um desdobramento de Portugal, como as republicas de lingua castelhana o são da Hespanha, mas um desdobramento com crescente differenciação, que nem o mais vivo tradicionalismo, nem o influxo das correntes migratorias poderão travar ou equilibrar sequer. É ha cem annos uma differenciação em marcha, isso sim. Tambem não se pode equiparar a acção do sangue portuguez ao dos outros povos que geraram o Brasil, raças inferiores nos seculo coloniaes ou ádvenas no seculo XIX, quando estava já bem delineada a physionomia luso-americana da sociedade brasileira. Fazê-lo é faltar ao sentido das proporções e á justiça.

Finalmente teriamos de impugnar o asserto respeitante á lingua. O idioma portuguez não se está transformando no Brasil, está-se enriquecendo no lexico e porventura na syntaxe pela necessidade de traduzir formas novas do sentir, um diverso theor de vida e uma paizagem nova, com sua flora, sua fauna e sua meteorologia; e a novidade nas coisas determina a novidade na lingua que as expressa. O portuguez no Brasil está-se enriquecendo e está variando, presa daquelle dynamismo inquieto que é a própria alma das linguas, está em movimento como o mesmo portuguez da metropole, apesar da acção conservadora do ensino e da litteratura, como está o portuguez da Africa e da Asia, como está o inglês da America e da Asia, o francês da Luisiania. Pode o portuguez degenerar, sem o bordão da cultura intellectual, no interior brasileiro, pode até crear uma litteratura sertaneja que lisonjeie e favoreça essa degeneração, como a obra de Catullo da Paixão Cearense, mas nunca se transformará noutra lingua, emquanto em Portugal exista vivo e são o paradigma delle. Lembrem-se os philologos de que a transformação do latim nas linguas romanicas foi obra de muitos seculos posterior á queda do imperio romano do occidente e ainda com o estímulo diversificador do germanismo, que se abateu sobre as ruinas romanas. É preciso chegar ao seculo XI para encontrar a primeira intromissão da lingua romance na faixa occidental da peninsula iberica, isto é só então começava o reconhecimento dos fóros da degenerada lingua oral.

Alludi a este choque de extremismos no dizer, o dos nacionalistas do Brasil e o dos approximadores de Portugal, para definir o ponto de vista em que me colloco ao fazer um breve esborço das relações luso-

brasileiras durante o primeiro seculo da sua independencia. Considero que os approximadores portuguezes, com sua oratoria sentimental, fazem obra de poesia esteril, quando não desservem a cordealidade entre as classes cultas dos dois paizes; considero que se batem por uma illusão, obra dum daltonismo deformador, subsistencia tardia duma especie de imperialismo espiritual, quem sabe se novo avatar do sebastianismo delirante. Acho tambem por igual de mau gosto que portuguezes e brasileiros perturbem a paz do espirito e a serena fecundidade do seu trabalho com palavras excessivas. Os portuguezes devem açodar-se na manutenção e no progresso da sua cultura, que sempre della decorrerão prestígios e louvores (1); os brasileiros só ganharão com evitar que ás injustiças da lusophobia corresponda uma immoderada francophilia, desmando contra o qual o sr. Renato Almeida previne os seus compatriotas no seu sensato artigo.

De maneira que para mim a independencia do Brasil foi a separação definitiva duma parcella magna do imperio portuguez, chegada a idade adulta de correr seus destinos, por trajectoria bem differente da tradicional esteira de Portugal, embora conservasse para sempre a marca da origem na constituição da sua personalidade, e regressasse á affectuosa cordealidade com a mãe patria, uma vez reconhecido o dogma da independencia.

As negociações para o reconhecimento dessa independencia foram laboriosas e por certo o seriam sem a intervenção de Canning e do seu agente Stuart, porque nas duas partes havia certa incomprehensão do phenomeno, que se discutia e queria regular. A independencia do Brasil fizérase em condições muito diversas das da restante America, que mais cêdo accordára. A via revolucionaria fôra quanto possivel attenuada e no decurso della illudida ou sophismada algumas vezes com a distincção entre Brasil reino unido e Brasil independente; entre a defeza do *statu quo* creado pelo regente Pedro I e as exigencias insensatas do Soberano Congresso Nacional; entre a soberania regia e a dos ideologos que a coagiam com os discursos das Necessidades. A ira revolucionaria reduziu-se aos tumultos das ruas, que são desde 1789 um reconhecido methodo de ex-

(1) Approxime-se este passo das idéas que expuzemos no discurso de posse no Instituto Historico do Rio de Janeiro, em 1920. V. *Estudos de Litteratura*, 3.^a serie, Lisboa, 1921.

pressar a opinião publica, e ao combate da resistencia do general Madeira de Mello, da Bahia que, fiel aos seus compromissos de honra, não queria comprehender a marcha dos acontecimentos e a transcendencia do seu desfecho.

Desmandos e excessos a historia não os regista tão poucos numerosos em nenhuma outra separação da America, nem mesmo, exceptuada a de 1889, em qualquer outra revolução do Brasil, a pernambucana de 1824, a riograndense de 1835, a paulista de 1842, a mineira do mesmo anno, a segunda pernambucana de 1848, a federalista do Rio Grande do Sul em 1892, e a da armada, que fez o baptismo de sangue da republica, em 1893.

O assassinio de Soror Joanna Angelica, abbadessa do convento de Nossa Senhora da Conceição da Lapa, na Bahia, foi um episodio infamante, mas ha que reconhecer que desencadear a guerra, mórmente a civil, é soltar feras; ella não é feita por Catões, em tempo nenhum, e Catões não queriam ser aquelles que tomavam a separação como obra de traiçoeira rebeldia. Porque estes conflictos politicos têm um lamentavel caracteristico, entre muitos outros: é que são crime ou heroismo, conforme o lado da trincheira em que se colloca o juiz.

No caso do barbaro assassinio de Madre Joanna Angelica—memorado na admiravel tela de Firmino Monteiro—só que ha alterar o significado do seu martyrio: Joanna Angelica não foi assassinada como brasileira que se batesse ou se declarasse pela independencia, mas sim como abbadessa, que ousou resistir ao impeto da soldadesca, a qual queria esquadriñar o convento, á busca de rebeldes e atacantes, acoutados por detraz da casa religiosa. Os soldados respondiam a uma supposta violação da clausura com outra, e Soror Angelica, alma heroica para o sacrificio e da serenidade rara das que sobrepõem a todas as encapelladas anormalidades o seu dever normal, interpoz-se e foi morta. Ella é, pois, martyro abnegado cumprimento dos seus votos, quanto á defeza da clausura e não da independencia brasileira.

Mas esta frouxa via revolucionaria foi ainda temperada pela contradictoria noção de fidelidade á tradição de lealismo monarchico, de direitos magestáticos e uncção divina, conduzindo não a uma republica turbulenta, mas a um imperio, cujo chefe o era por direito hereditario e graça de Deus, e pela vontade do povo soberano. Á fragmentação do mosaico

da America hespanhola, mesmo ao norte, onde tal fragmentação não era cabalmente explicavel pela geographia, oppõe-se a unidade do imperio, conservada e estreitada até 1889.

Em Portugal poucos homens havia, a respeito dos negocios do Brasil, com o espirito de realidade do Conde dos Arcos, antigo ministro de D. Pedro I e o suffocador da primeira revolução autonomista de Pernambuco. O Conde dos Arcos—de cuja lealdade se duvidou na côrte, pelo que soffreu um arrastado processo—, convidado pelo Conselho de Estado a pronunciar-se sobre a intrincada politica do Brasil e sobre a hypothese, que se considerava, de expedir um exercito e uma armada, que reduzissem á obediencia o rebellado Estado, respondeu, com a sua experiencia, pela negativa. E fundamentando essa negativa, allegava as difficuldades de technica militar e razões de varia ordem, que todas se podem resumir na confissão de que o sentimento publico do Brasil era pela independencia e que não poderiam alguns milhares de homens, isolados da patria, entregues aos recursos que consigo acautelassem, alterar a opinião e a vontade de toda uma população.

Guarda-se este parecer inédito ainda do Conde dos Arcos, D. Marcos de Noronha e Brito, no archivo de sua casa, onde o pude examinar. Podem, pois, os brasileiros associar ao seu protesto contra a cruel energia do suffocador da revolução de 1818, á recordação da sua primeira typographia e da primeira bibliotheca no nordeste o reconhecimento do espirito de realidade com que, já em Portugal, elle soube julgar os acontecimentos. Muito differente era o juizo commum no reino, a principiar por aquelle parlamento de hilariante memoria, que interpretava as inquietações do Brasil como signaes de ansiosa expectativa por uma constituição libertadora e tinha a politica de D. Pedro I como a dum vulgar agitador em rebellião contra o pae e soberano. Tambem os conselheiros do rei e os amigos de D. Miguel suppunham, ao contrario, que a consciencia brasileira se aquietaria, quando visse o rei restituído á plenitude da sua soberania, sem o tropeço irritante ou ridiculo do Soberano Congresso Nacional com seus energúmenos.

O estudioso lerá com proveito a obra do sr. Antonio Vianna, *A Emancipação do Brasil*, cuja primeira parte é baseada nas actas das sessões do parlamento vintista, sendo a segunda, sobre as negociações para o reconhecimento da independencia, acompanhada da documenta-

ção diplomatica. Nesta obra se estadeiam os erros de visão dessa politica inteiramente fóra da realidade das coisas. Antonio Vianna viu de Portugal a separação do Brasil, como Oliveira Lima, no *Movimento da Independencia*, a viu do Brasil. Completam-se, pois, as duas obras, a que a monographia do Dr. Viveiros de Castro sobre a actuação dos deputados brasileiros nas côrtes constituintes veiu trazer um desenvolvido additamento.

Da incomprehensão resultou nos negociadores uma mentalidade imprevista, que os levava a pedir coisas que se não poderiam subscrever, mas resultou tambem no lado brasileiro uma certa docilidade de negociação, uma vez que o dogma da independencia não fosse abeirado. Dessa docilidade foi signal o estabelecimento da indemnisação pecuniaria no tratado de 1825 e, assignado elle, a cordealidade clemente e depois amistosa, que reinou logo entre as duas partes.

* * *

E cordeal e amistosa foi a historia das relações entre os dois paizes, durante o longo periodo do Imperio, como se o desquite houvesse sido quasi amigavel—tão pequenas coisas são os episodios da Bahia e os tiros de João Taylor para S. Julião da Barra, se attendermos á extraordinaria limitação de interesses e de soberania, soffrida pela corôa portuguesa. É que a voz do sangue prompto fallou nos dirigentes do movimento da independencia, muitos delles nascidos e educados em Portugal.

Cordeal e amistoso foi o trato dos dois povos, durante o Imperio, disse. De feito, durante elle, estabeleceu-se a corrente regular ou crescente da emigração portuguesa, que tão proveitoso tributo deu para a constituição ethnica do typo brasileiro, na qual o predominio doutro elemento—indigena, africano ou germano—teria determinado a formação duma sub-raça differente. Essa drenagem migratoria reuniu nucleos populacionaes, no Pará e no Rio principalmente, que collaboraram com efficacia na prosperidade economica do Imperio, e de longe, pelas importações e transferencias consideraveis, ajudaram a equilibrar a balança commercial do pequeno Portugal, em cujo systema de governo sempre entrou, desde a Restauração, como indispensavel peça, o ouro do Brasil.

A *latere* dessa cordealidade bem tranquilla foram fermentando alguns germens de suspicacia, hoje como então formas de immoderação

do orgulho nacional de parte a parte: o desejo de restabelecer a antiga unidade sob formas novas, ao menos uma especie de parallelismo na politica externa e na defeza militar; a desrazoavel ambição de crear uma lingua brasileira, tendo a identidade por subordinação; sempre o delirio do intercambio, do estreitamento, da approximação, da confederação ou da alliança em Portugal, e lá o nativismo lusophobo com todas as suas injustiças.

Logo em 1825, no anno do reconhecimento da separação, propunha Silvestre Pinheiro Ferreira, homem de Estado e pensador, a approximação federativa no seu *Parecer sobre um projecto de pacto federativo entre o Imperio do Brasil e o Reino de Portugal*. Esta idéa nunca mais desapareceu da circulação na vida politica e oratoria de Portugal, porque foi glosada por muitos espiritos, entre elles Pinheiro Chagas, Consigliere Pedroso e os srs. Bettencourt Rodrigues, João de Barros, Cunha e Costa e Julio Dantas, cada um dos quaes lhe deu interpretação sua, alguns restringindo-se até ao campo intellectual, pedagogico e litterario. A inanidade ou relativa nocividade destas diligencias não implica o esquecimento da boa-fé e dos intuitos levantados dos illustres propugnadores de taes projectos—convem resalvar.

É de José Jorge da Silva Paranhos a mais antiga affirmação de nativismo linguistico que conheço, com o que elle chamou *Trabalhos para a nossa emancipação litteraria*, os quaes trabalhos eram dois folhetos: '*O idioma hodierno de Portugal comparado com o do Brasil*, de 1879; e o *Systema de orthographia brasileira*, do anno seguinte. Nesses opusculos apenas se distingue a malevolencia, porque é muito grande a confusão de idéas e a abundancia de erros, que já então o estado da sciencia philologica não auctorisava. Os mesmos sentimentos inspiraram Tobias Barreto, em 1873, quando a proposito da reedição dos *Opusculos* de Herculano deu nos seus *Ensaio de Critica e Philosophia* toda uma catilinaria contra o glorioso historiador das origens nacionaes.

Entrava em muito na explicação destes fermentos a incompreensão, por parte de muitos portuguezes, do que havia de especifico e diferenciado na vida brasileira, que hoje e então devia ser apreciada com um criterio americano, que se desse conta das modificações desse ambiente sobre a cultura europêa para alli transplantada e que attentasse

na chronologia moça da sociedade imperial, em vez de fazer um simples cotejo e pronunciar-se condemnatoriamente quanto ás diferenças.

As três visitas do Imperador D. Pedro II ao Reino, em 1871, 1877 e 1889, dêram simultaneamente ensejos para afirmar a amizade que nos prende a esse povo, egregiamente representado então pela figura moral e mental dum homem, que alliaa ás prerogativas da soberania a mais desprezenciosa *sans-gêne*, e para estimular essa incompreensão severa dos ironistas e satyricos, no que não havia pouco de ingratidão. Ao mesmo tempo que um Imperador, a pé, democraticamente, familiarmente, visitava os nossos homens de letras e assistia ás sessões das nossas corporações doutas, o lapis impiedoso de Raphael Bordallo fazia a chronica humoristica da viagem imperial nos *Apontamentos sobre a pittoresca viagem do Imperador do Brasil pela Europa*, de 1872. De quanta materia proporcionou o nobre soberano á veia comica de Raphael pôde-se avaliar pelos estudos recentes da sua obra: Gomes de Brito, *Raphael Bordallo Pinheiro*, 1920; sr. Alvaro Neves, *Inventario da obra artistica do desenhador*, 1920; e sr.^a D. Julieta Ferrão, *Raphael Bordallo Pinheiro e a critica*, 1924, e tambem pela simples visita ao *Museu Bordallo Pinheiro*, em Lisboa.

Se acrescentar que a segunda esposa de D. Pedro I, D. Amelia de Beauharnais, viveu em Lisboa, muito acatada, presidindo a obras de beneficencia, e aqui morreu; que a segunda visita de D. Pedro II ficou lamentavelmente associada á morte de Alexandre Herculano, que, por sahir ainda mal convalescente para lhe retribuir a visita, teve os padecimentos agravados, os quaes em breve o victimaram; se lembrar que D. Pedro II aqui voltou em 1889, após a revolução republicana, e aqui perdeu a esposa, D. Thereza Maria Christina; se notar que as listas dos ministros portugueses no Rio e brasileiros em Lisboa accusam quasi sempre nas duas partes um esculpulo cuidado na escolha de personalidades distinctas e quanto possivel neutralisadas politicamente (1), terei

(1) I — *Ministros de Portugal no Brasil*: Carlos Mathias Pereira, Encarregado de Negocios, novembro de 1825, nomeado Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em 30 de junho de 1827, partindo então em commissão para a Europa; Conde do Sabugal, Ministro Plenipotenciario da Regencia de Angra, 25 de junho de 1830; Joaquim Antonio de Magalhães, Ministro Plenipotenciario, 6 de julho de 1835 a 3 de outubro de 1836; João Baptista Moreira, Encarregado de Negocios até

dado um esboço summario das relações politicas, pacificas e cordeaes, dos dois paizes na constancia do Imperio.

* * *

A proclamação da republica em 1889 veio perturbar a paz dessas relações e estimular aquelles fermentos, a que alludia algumas linhas acima. Os interesses portuguezes no Brasil, que eram muito avultados—ao ponto de impertinente se dizer na linguagem administrativa que o Brasil continuava a ser a nossa melhor colonia—foram seriamente atingidos pela depreciação da moeda brasileira, que seguiu o caminho das dissipações democraticas. Na *Revista de Portugal*, dirigida por Eça de Queiroz, fazia uma campanha cerrada contra o novo regimen brasileiro o imperialista Eduardo Prado, de quem José Verissimo disse pittorescamente representar na sua litteratura duas singularidades: «ser um dos

maio de 1839; Joaquim Cesar de Figanière e Mourão, Ministro residente, 2 de março de 1839 a 22 de maio de 1840; Ildefonso Leopoldo Bayard, Ministro Plenipotenciario, de julho de 1839 a junho de 1843; João Mauricio Corrêa Henriques, Visconde de Seisal, Ministro Plenipotenciario, nomeado em 19 de julho de 1844, mas não exerceu; Simão da Silva Ferraz de Lima e Castro, Conde de Renduffe, Ministro Plenipotenciario, nomeado em 2 de novembro de 1846, mas não exerceu; José de Vasconcellos e Sousa, Encarregado de Negocios desde 1843, Ministro Plenipotenciario de julho de 1847 a fevereiro de 1849, novamente de dezembro de 1849 a julho de 1854; (Em fevereiro de 1849 missão extraordinaria de Pedro Alexandrino da Cunha); Luiz Maria Pinto de Soveral, Visconde de Soveral, nomeado em fevereiro de 1855, mas não exerceu; José de Vasconcellos e Sousa, novamente de 22 de outubro de 1856 a abril de 1859; Conde de Thomar, de abril de 1859 a abril de 1861; José de Vasconcellos e Sousa, de maio de 1862 a junho de 1869; Carlos Bento da Silva, nomeado em abril de 1869, mas não exerceu; Mathias de Carvalho e Vasconcellos, de setembro de 1869 a fevereiro de 1877; (em agosto de 1870 esteve nomeado Miguel Martins d'Antas, que não chegou a exercer); Visconde de Borges de Castro, de julho de 1877 a dezembro de 1879; Antonio Maria Tovar de Lemos (Conde de Tovar), de outubro de 1882 a abril de 1886; Duarte Gustavo Nogueira Soares, de abril de 1886 a maio de 1891; Conde de Paço d'Arcos, de maio de 1891 a março de 1895; Fernando Mattoso Santos (missão especial em 1891, julho); Thomaz Ribeiro Ferreira, de março de 1895 a outubro de 1896; Antonio Ennes, outubro de 1896 a abril de 1900; Francisco Maria da Cunha, abril de 1900, missão extraordinaria, Ministro Plenipotenciario, de maio de 1900 a setembro de 1900; João de Sá Camello Lampreia, de setembro de 1900 a junho de 1908 (embaixador em missão especial em outubro de 1906); Conde de Selir, de junho de 1908 a outubro de 1910; Antonio Luiz Gomes, de novembro de 1910 a janeiro de 1912; Bernar-

poucos, senão o unico homem rico e certamente o de mais valor que aqui se deu, sequer, como dilettante, ás letras, e ser talvez em a nossa litteratura o unico escriptor reaccionario» (*Historia da Litteratura Brasileira*, pag. 399). Esta campanha, assignada pelo pseudonymo Frederico de S., encontrou echos nos meios intellectuaes, ainda então, pouco atacados do mal de formalismo politico, e achou facilmente razão nos erros e incertezas, nas inexperiencias e ridiculezes dum regimen nascente, como nós, portuguezes, pudémos experimentalmente verificar vinte e um anno depois.

Os escriptores republicanos, desagradados das chronicas politicas de Eduardo Prado, abstiveram-se de collaborar desde então na *Revista de Portugal*, o mais categorisado dos quaes foi Theophilo Braga. É a esse episodio que se refere o seguinte passo duma carta do auctor da *Reliquia* ao mesmo Th. Braga, em 1891: «Quando o vi ultimamente em Lisboa, disse-me V. que a attitude da *Revista* para com o Governo Pro-

dino Luiz Machado Guimarães, desde julho de 1912 a novembro de 1913, Embaixador de novembro de 1913 a dezembro de 1914; Duarte Leite Pereira da Silva, Embaixador desde 3 de dezembro de 1914.

II—*Ministros do Brasil em Portugal*: Clemente Alvares de Oliveira Mendes, Encarregado de Negocios desde junho de 1826; Theodoro Ferreira d'Aguiar, Encarregado de Negocios, curto periodo em abril de 1827 (interrupção miguelista); Sergio Teixeira de Macedo, Encarregado de Negocios, fevereiro de 1835 a novembro de 1837; Salvador Pereira da Costa, Encarregado de Negocios, novembro de 1837 a agosto de 1838; Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond, Ministro Plenipotenciario, de agosto de 1838 a fevereiro de 1854; Antonio Pingrim Maciel Monteiro, Barão de Itamaracá, Ministro Plenipotenciario, de fevereiro de 1854 a janeiro de 1868; Miguel Maria Lisboa, Barão de Japurá, junho de 1868 a abril de 1881; Barão d'Aguiar de Andrade, de outubro de 1881 a agosto de 1890; Pedro d'Araujo Beltrão, de junho de 1891 a maio de 1892; C. A. Vianna de Lima, de julho de 1892 a dezembro de 1893; J. P. da Costa Mota, Encarregado de Negocios, interrupção diplomatica em maio de 1894; J. F. d'Assis Brasil, de maio de 1895 a maio de 1899; J. H. de Mello Alvim, de maio de 1899 a julho de 1902; Alberto Fialho, de agosto de 1902 a fevereiro de 1908; B. Itibiré da Cunha, de abril a setembro de 1908; O. de Tefé von Hoonholtz, Encarregado de Negocios, de outubro de 1908 a abril de 1909; J. P. da Costa Motta, Ministro Plenipotenciario, de abril de 1909 a agosto de 1912; Eduardo Lisboa, de agosto de 1912 a julho de 1913; O. Tefé de Hoonholtz, Ministro Plenipotenciario, de julho de 1913 a abril de 1914; F. Regis de Oliveira, Embaixador, de abril de 1914 a março de 1916; A. Velloso Rebello, Encarregado de Negocios; Gastão da Cunha, Embaixador, de agosto de 1916 a janeiro de 1920; A. de Fontoura Xavier, Embaixador, de janeiro de 1920 a outubro de 1922; J. M. Cardoso de Oliveira, Embaixador desde 21 de outubro de 1922.

visorio do Brasil (ainda que V. reconheça em parte razão a Frederico de S.) o impedia por algum tempo, em respeito á solidariedade da grande Igreja, de collaborar na publicação. O Governo Provisorio passou: o Brasil tem uma republica constituída;—e a *Revista* não tornou a publicar uma linha hostil ao regimen que o Brasil, em congresso, a si mesmo se deu. Além disso, para comprehender a campanha de Frederico de S. contra o militarismo (e não contra a Republica), não devia V. esquecer que o proprio irmão de Frederico de S., o Antonio Prado, é o futuro Presidente indigitado, e quasi certo, da Republica civil e não militar. Em todo o caso, meu caro Theophilo, não vejo agora motivo para continuar o seu amúo com a *Revista*. (Th. Braga, *Quarenta annos de vida litteraria*, 1902, pag. 94).

Dois annos depois, a revolta da armada, chefiada por Custodio José de Mello e Saldanha da Gama, determinou o rompimento das relações diplomáticas entre a joven republica e a velha metropole. Acharam-se na bahia de Guanabara duas corvetas portuguezas, *Mindello* e *Affonso de Albuquerque*, sob o commando de Augusto de Castilho, marlinheiro já provado no governo geral de Moçambique e numa guerra breve com o sultão de Zanzibar. No dia 13 de Março de 1894, os revoltosos, vendo a impossibilidade de quebrar a resistencia de Floriano Peixoto e enfraquecidos pela sahida duma parte da esquadra revoltosa para operações no sul, refugiaram-se nos navios portuguezes alli surtos, trasladando-se depois para o *Pedro III*, expressamente mandado de Lisboa. O governo brasileiro e a opinião republicana mais exaltada viram naquelle acto de humanidade, serenamente praticado por quem estava fóra das paixões do momento, uma quebra de neutralidade e romperam relações diplomáticas com a cõrte de Lisboa. Augusto de Castilho, filho do poeta Antonio Feliciano de Castilho, e o seu companheiro Annibal Olivier foram sujeitos em Lisboa a um conselho de guerra, de 7 a 13 de Janeiro de 1895, donde sahiram por unanimidade absolvidos e honrados.

A maneira de julgar os acontecimentos de 1893 variou muito no Brasil, paiz onde tenho visto que a paixão política só momentaneamente entrava o sentimento da justiça. Deste modo foi possível trazer em 1898 para o Rio de Janeiro, com todas as honras, os restos do heroe de Campo Osorio, o almirante Saldanha da Gama, e foi possível, sem du-

vida de accôrdo com juizos correntes, que uma penna pouco propensa a sympathias lusophilas, escrevesse em 1919, a respeito da hospitalidade prestada por Augusto de Castilho: «... a 13 terminava a revolta da esquadra da Bahia do Rio de Janeiro, recolhendo-se os revoltosos aos navios de guerra portuguezes, *Mindello* e *Affonso de Albuquerque*, sob a cavalheirosa protecção do bravo Augusto de Castilho, credor, desde essa data, de uma pagina de honra em a nossa historia patria». (Fleiuß, *Paginas Brasileiras*, pag. 67).

Este episodio, bem como todo o conjuncto politico-militar em que se filiava, deram o fundo para uma narrativa amena, especie de romance sobre historia contemporanea, o livro *No Brasil*, de Eduardo Noronha. Outras especies bibliographicas se produziram com esse motivo, umas para justificação propria das auctoridades militares, diplomaticas e consulares, outras para a apreciação do proceder dellas.

Restabelecidas as relações diplomaticas entre os dois paizes, um pequeno serviço prestado por Portugal veiu sellar amistosamente essa reconciliação.

Havia a Inglaterra em janeiro de 1895 occupado o pequeno archipelago da Trindade e o rochedo de Martim Vaz, que ficam proxima-mente a 20° de latitude sul, sobre o paralelo que corre junto de Ouro Preto. As ilhas estavam na posse de Portugal desde 1501, anno em que João da Nova, navegando para a India, descobriu a principal dellas. Usurpada pelos ingleses em 1700, regressou em 1783 á posse de Portugal, que sempre diligenciou que sahisse do dominio britannico aquelle pequeno porto de apoio naval. Mas portuguezes e ingleses não lograram nunca estabilisar alli qualquer população, apesar da légua longitudinal do seu territorio, porque os recifes circumjacentes difficultam o accesso e porque a ilha maior não tem terreno aravel. Foi, por isso, abandonada em 1797, sem comtudo ter sido declarada a renuncia á sua posse. Nesse abandono fundava, em 1895, Salisbury o direito á occupação da Inglaterra, que obstinadamente manteve ante as reclamações brasileiras. Finalmente a intervenção do rei de Portugal, D. Carlos I, obteve que a Grã-Bretanha se convencesse dos direitos brasileiros e que em agosto de 1896 a ilha fosse evacuada pela pequena expedição, que nella desembarcára o *Baracouta*.

E desde então as relações luso-brasileiras regressaram á mesma

regularidade cordeal dos tempos do Imperio, e ella permittiu a continuação da emigração portugueza, a exportação avultadissima dos nossos productos e a constituição dum importante commercio e duma solida finança portugueza collaborando dedicada e intelligentemente, sem os riscos desnacionalisadores que assignalam outras correntes migratorias, como a allemã e a italiana, que durante a guerra se evidenciaram, obrigando os governos estadoaes a algumas providencias defensivas.

Os acontecimentos politicos de Portugal e o decorrente mal-estar economico, desde 1910, fomentaram a emigração portugueza, que tradicionalmente se condensa no litoral, nos nucleos citadinos. Isso levou alguns espiritos a, tomando a nuvem por Juno, temer uma espécie de predominio economico,—suspiciacia que poderá tambem ser alimentada pelo desagrado provindo de alguma falta de serena imparcialidade ante as contendas internas, só ao Brasil respeitantes. Esse temor suggeriu a alguns espiritos moços o motivo para uma revoada de violento nativismo, com uma furia anti-historica, com uma doutrina que só disfarça sentimentos, e ao sr. Malheiro Dias deu o thema para a sua applaudida conferencia *Rumo á terra*, de 1917. Nella advogou, com argumentos historicos e estatísticos, entrelaçando os interesses portuguezes e os brasileiros, a necessidade da emigração portugueza se disseminar pelo interior, numa funcção de povoamento e de cultura agricola, mais efficaz e mais de accôrdo com a preparação professional do emigrante, que numa grande maioria é de agricultores. A corroborar os dictamens dô conferente, manifestaram-se, sollicitados por elle, os seguintes estadistas e altos funcionarios brasileiros: Francisco de Paula Rodrigues Alves, antigo Chefe do Estado; Nilo Peçanha, idem; José Bezerra, ministro da Agricultura; Pandiá Calogeras, ministro da Fazenda; Miguel Calmon, ministro da Viação; Eduardo Cotrim; João Gonçalves Pereira Lima, presidente da Associação Commercial do Rio de Janeiro; Dulfe Pinheiro Machado, director do serviço do Povoamento; e M. de Oliveira Lima, o bem conhecido historiador, que não se desinteressou nunca das questões de actualidade, nem das que a Portugal concernem. Ignoro quaes os resultados desta diligencia theorica para orientar para os campos a emigração portugueza.

Ainda durante a republica continuou o commercio portuguez a ser uma grande força na economia dos dois paizes. O azeite portuguez

occupava o primeiro lugar na importação brasileira; o vinho português entrava numa percentagem de 70 0/0 da totalidade dos vinhos importados, e as fructas portuguezas e outros generos alimenticios tinham lugar analogamente vantajoso, que quasi correspondia a um monopolio. O inquerito realisado em 1915 pela Camara Portuguesa de Commercio e Industria, cujo relatorio se publicou em Portugal, no anno seguinte, ainda accusa uma situação prospera, mas já denuncia perigos e proclama a necessidade duma defeza urgente e esclarecida.

As difficuldades internas de Portugal, presa do delirio revolucionario, com todas as suas consequencias, entre ellas a falta de continuidade administrativa e a inexperiencia do pessoal dirigente, e a habil insinuação de concorrentes bem defendidos fizeram avultar esses perigos. Certo é que a grande guerra augmentou de uma maneira surprehendente, em certo instante, a exportação portugueza para a Europa do norte e aqui acclimatou, sob o aguilhão da necessidade e na era da fartura de capitaes em circulação, muitas industrias novas. Mas isso mesmo succedeu no Brasil, que em breves annos se tornou productor de artigos de que carecia inteiramente, fez-se elle mesmo exportador para o seu antigo fornecedor e até para as nossas colonias directamente, sendo para notar que dos generos exportados pelo Brasil para a Africa Portuguesa alguns se produzem na metropole.

Muitas são as causas desta tendencia para a inversão da ordem antiga dos factos. A depreciação da moeda, que muita gente, discorrendo por via deductiva e não pela observação, considera factor de augmento de exportações e portanto de rapido enriquecimento, produz o effeito opposto. Um paiz, cuja moeda é arrastada pelas malversões administrativas do seu pessoal politico para o envilecimento, opta quasi sempre pela venda em moeda estavel, ouro, pois a venda em moeda nacional, sempre a decrescer, equivaleria a um empobrecimento, quasi privação das coisas uteis sem entrada de compensações. Um paiz sem moeda fixa não tem regularidade de producção e vê-se obrigado a usar dos conhecidos expedientes fiscaes e formalidades, que tudo encarecem e complicam, e acabam por fazer desertar o consumidor. Deve-se tambem considerar a falta de navegação portugueza, de que os transportes maritimos do Estado, organisados com os navios allemães, não lograram supprir a deficiencia, porque apenas conseguiram levantar um côro de protestos,

que levou á sua extincção e venda em hasta publica. E a insufficiencia de defeza diplomatica e consular por agentes bem preparados e prestigiados pelo governo mandante e pela nação não pode deixar de ser lamentada. Essa defeza diplomatica e consular deveria inteirar-se dos meios de acção, variados e imprevisos, dos competidores estrangeiros no Brasil. O descredito injurioso é um processo frequente, até mesmo em instituições, que mascaram a sua infiltração economica de aspecto scientifico. O Instituto Germano Sul-Americano, num numero da sua revista, *Mitteilungen des deutsch — süd amerikanischen Instituts*, vol. de 1918, publicou um artigo refalsado a respeito dos portuguezes do Brasil, assignado pelo sr. Ernst Ludwig Voss.

Nas circumstancias actuaes parece-me difficil a negociação e assignatura dum tratado de commercio luso-brasileiro para longo prazo, porque quanto aos productos metropolitanos portuguezes ha que considerar situações creadas por adversarios de tacto e bem escudados, e quanto aos coloniaes ha uma verdadeira competição entre as duas partes pela grande analogia dos productos. Resta o expediente do «modus-vivendi» prorogavel, e é esse talvez o pendôr actual da opinião politica brasileira a respeito desse problema.

Acontecimentos, que devem ser memorados, são as brilhantes exposições de 1908 e 1922 em que Portugal se fez representar condignamente. A de 1908, ainda recordada pelo pavilhão manuelino da Praia Vermelha e pelas suas publicações, *Catalogo e Notas sobre Portugal*, hoje muito estimadas, como relatos fieis da vida portuguesa no fim do regimen monarchico, estimulou o commercio luso-brasileiro e teve no seu programma um numero sem par, a visita de S. M. El-Rei o Senhor D. Carlos I. O assassinio, que o victimou e desencadeou o conflicto das paixões das parcialidades, frustrou esse magnifico projecto.

A proposito desse crime, ua sessão de homenagem á memoria do Rei e de seu filho, proferiu o sr. Conde de Affonso Celso, o actual chefe do nativismo lusophobo, algumas vibrantes palavras de justiça para o esforço português, leal e sem riscos como o de nenhum outro estrangeiro no Brasil, palavras que honram a sua consciencia de homem publico e que eu me permitto aqui archivar. O orador enumera os motivos por que acceitou o convite para discursar no Retiro Litterario Português:

«Primeiro, render publico testemunho de apreço á benemerita associação, que me obsequiou com o convite e conta quasi meio seculo de existencia; segundo, juntar meu protesto de catholico, de monarchista, de homem culto, ao universal plebiscito de indignação que verberou o abominavel attentado contra o sr. D. Carlos e seu immaculado filho; terceiro, tributar homenagem de estima e acatamento a esta grande força benefica—a colonia portuguesa do Brasil,—colonia do seio da qual sahio o fundador da minha familia na America, meu saudosissimo avô, genuino portuguez, inexcidivel exemplo de trabalho, honradez, patriotismo; nosso primordial patriotismo, nosso evangelho civico e domestico, nossas armas de defeza, resistencia e investida, nas porfias e provações.

Assoalham por ahi vozes sinistras que a colonia portuguesa no Brasil se vae dissolvendo, não mais della restando senão a sombra do que foi.

Provam eloquentemente o contrario as demonstrações de pesar por occasião da morte d'El-Rei e do Principe Real. Nunca se mostrou a numerosa colonia tão unida, tão solidaria, tão accordemente animada de preclaros sentimentos como nesta conjunctura. E, permitta Deus jamais se verifique tal dissolução ou enfraquecimento. Mais perdera com isso o Brasil do que Portugal, pois, como já em outra occasião solememente o affirmei e o não-de affirmar quantos com esclarecida imparcialidade observarem as nossas cousas — os portugueses entre nós domiciliados só impropriamente podem ser chamados estrangeiros. Amalgamam-se á nossa massa social; fertilisam com o suor da sua actividade o ampo do nosso desenvolvimento; sorriem quando sorrimos; soffrem se padecemos; exultam sempre que triumphamos; acorrem amigos, fraternaes; todas as vezes que os chamamos; prestam-nos em quaesquer emergencias o seu concurso precioso e leal; formam prestigioso nucleo de elementos prestantissimos que, acima dos monumentos de caridade e instrucção com que opulentam as nossas cidades, erguem em nosso meio impereciveis padrões de esforço, energia, coragem, hombridade, mostrando-se heroicos na batalha diaria. Tão estreitamente entrelaçado com o nosso se acha o seu interesse, tão intimamente vivem elles a nossa vida, andam em tudo de tal geito identificados connosco que desejar o progresso do Brasil equivale a desejar o engrandecimento delles, bem

como almejar a prosperidade delles importa formular votos pela fortuna e gloria do Brasil.

Não! A funesta dispersão annunciada não ocorreu nem ocorrerá!

Portugal, que descobriu, colonizou, defendeu o Brasil conservando-lhe integraes, contra reiterados e terriveis accommettimentos, as portentosas dimensões; Portugal, que na pessoa de D. João VI nos proporcionou o governo mais adiantado, mais emprehendedor, mais fecundo que conhecemos; Portugal continuará a coadjuvar a nossa expansão economica e social, mediante o inestimavel factor de seus filhos que, sem esquecer a patria distante, antes venerando-a com acrisolado amor, excellentes cidadãos se tornam da nova patria, onde se fixaram e é o berço da sua descendencia». (*Discurso proferido... na sessão solemne celebrada pelo Retiro Litterario Português...*, Rio de Janeiro, 1908, pag. 4-6).

Era necessaria esta longa transcrição um pouco para documentar a evolução dos sentimentos do sr. Conde Affonso Celso, mas principalmente para mostrar, pela voz duma figura representativa, o alto conceito que desfructou sempre a colonia portuguesa do Brasil. Superfluo será dizer a mudança de opinião de Affonso Celso não corresponde a uma mudança na ethica e na acção social dos portugueses de alem-Atlantico.

Na consolidação desse conceito participava o mundo official. Em 10 de junho de 1880, o Imperador D. Pedro II compareceu com o governo a lançar a primeira pedra para o actual edificio do Real Gabinete Português de Leitura, do Rio de Janeiro, fundado em 1837 por emigrados politicos; e a Camara Municipal do Rio, posto se tratasse dum edificio particular, concorreu solememente com o seu estandarte. E em 1887 a Princeza Regente D. Izabel presidia á inauguração dessa actual sede do Gabinete, que é como que a Casa de Portugal na America.

Os edificios, occupados pelo Gabinete e por outras instituições portuguesas, foram isentos do pagamento de imposto predial pelo Decreto n.º 40, de 17 de maio de 1893, do Conselho Municipal do Rio de Janeiro, pormenor que pelo seu significado bom é lembrar.

A representação portuguesa na Exposição Internacional do Centenario, lamentavelmente retardada e associada a prodigalidades e episodios infelizes, não foi sempre norteada pelo espirito pratico da obtenção dos mercados, foi antes um specimen das capacidades de destreza e de

perfeição do trabalho artístico e industrial português. Sob este ponto de vista, a exhibição foi brilhante e inesperada, embora algumas indústrias perfeitíssimas, mas pequeninas nada houvessem lucrado para a sua expansão.

Dois numeros, imprevisos no programma, deram lustre á cooperação portuguesa no Centenario da Independencia; a travessia aerea do Atlantico pelos aviadores Gago Coutinho e Saccadura Cabral, episodio inseparavel da historia dos progressos da aviação, e o apparecimento da *Historia da Colonisação Portuguesa do Brasil*, iniciativa da Camara Portuguesa de Commercio do Pará e direcção do sr. Malheiro Dias. A viagem Coutinho-Cabral teve grande retumbancia, não só pelo entusiasmo que despertou na sensibilidade brasileira, sempre prompta a admirar o que é admiravel, mas tambem pelo seu significado, pois ao arrojo heroico associou a demonstração do rigor scientifico, que pode presidir á navegação aerea. A *Historia da Colonisação*, uma das obras de maior opulencia editorial que a erudição tem produzido, filia-se na moderna corrente de renovação de idéas acerca da direcção scientifica dos descobrimentos geographicos dos portugneses, começada pelo 2.º Visconde de Santarem e continuada modernamente pelos srs. Joaquim Bensaude e Luciano Pereira da Silva. Na parte publicada ella é principalmente a historia do descobrimento do Brasil e, como tal, uma edificante reivindicação da cultura lusitana.

Em 1920, no periodo presidencial do sr. Eptacio Pessoa, occorreu o lastimavel episodio da repatriação dos pescadores poveiros. Compellidos pelas auctoridades maritimas á naturalisação brasileira, com o fundamento de que a classe piscatoria deve constituir uma especie de reserva naval para a defeza costeira, os pescadores optaram pela repatriação. O direito do Brasil, de organisar previdentemente a sua defeza, é incontestavel e sagrado; a resistencia dos poveiros, mantendo-se obstinadamente portugueses, é só para louvar, porque não significou nada de pejorativo para a naturalisação, que se lhes offercia, mas apego nobilissimo á sua terra natal—sentimento que o Brasil deve querer encontrar sempre nos seus naturaes. Mas o que é para registar é que fosse possivel essa falta de indulgencia e sobretudo que se visse naquelles humildes portugueses alguma carencia de lealdade e de solidariedade de interesses para a mais ardidada defeza do Brasil—em cuja tradição maritima fulge o nome do

português Almirante Barroso —para a mais ardida defeza do Brasil de aggressões armadas, que nunca provirão da velha metropole.

Taes são, rapidamente summariados, os factos salientes das relações politicas—o commercio é um phenomeno essencialmente politico—que assignalaram o seculo que decorre de 1825 á actualidade. Elles são do conhecimento de todos, mas eu não poderia deixar de os adduzir num artigo de recapitulação. O que seria de interesse e de utilidade era documentá-los com peças dos nossos archivos, ainda não publicadas. Mas a documentação referente á Independencia está divulgada, em Portugal, nas collecções de Judice Bicker e na *Correspondencia Diplomatica do 2.º Visconde de Santarem*, e no Brasil pelo *Archivo Diplomatico da Independencia*, que o Ministerio das Relações Exteriores está editando; e a que respeita á hospitalidade portugueza prestada aos revoltosos da Armada e ao litigio da Ilha da Trindade está incluida no prazo, durante o qual, no archivo do Ministerio dos Negocios Estrangeiros, é vedada a busca.

* * *

Não foram menos estreitas as relações intellectuaes luso-brasileiras, e dellas me é mais grato fallar que do mundo dos negocios. Durante gerações successivas foi a litteratura portugueza o alimento espiritual predominante dos leitores do Brasil e dentro da sua determinação se formaram muitos escriptores brasileiros. Na epocha romantica foi Garrett a influencia mais relevante, como reconheceu o critico José Verissimo no seu estudo caloroso *Garrett e a litteratura brasileira*, agora ampliado pela documentação bibliographica do sr. Ferreira Lima na sua monographia *Garrett e o Brasil*. Estes trabalhos, apesar de meritorios, não são ainda completos, o primeiro porque se limita a um percurso de largas passadas para apontar as analogias com Garrett e possiveis filiações della, sem antes inquirir minuciosamente os varios aspectos, profundos ou superficiaes, dessa inspiração garretteana; o segundo, porque se prevalece dos signaes externos desse influxo, como edições brasileiras das obras de Garrett, artigos e referencias em obras de auctores brasileiros.

O poeta de *D. Branca*, bom é lembrá-lo, saudou a Independencia

brasileira numa ode, *O Brasil Liberto*, e escreveu algumas linhas duras sobre a resistencia portuguesa a essa libertação: «Erradamente luctou Portugal contra essa independencia; nem devia, nem podia; para castigo passou pela vergonha de ver deshonradas as armas portuguesas, entregues ao inimigo as reliquias da sua marinha e inteiramente aniquilado o seu commercio». (*Portugal na balança da Europa*, pag. 75 da ed. de 1904).

De modo geral todo o movimento litterario, medievista e folclorico, e tambem certas formas de sensibilidade poetica do romantismo brasileiro provêm de Garrett. Á sua poderosa influencia outras se seguiram, designadamente a de Theophilo Braga, que em certa medida a continuava, e a de Eça de Queiroz.

A critica positivista de Theophilo, a philosophica e a politica, teve adeptos numerosos no Brasil, sem excluir aquelle seu estrenuo adversario, que veio a ser Sylvio Romero. Mesmo, o que ha de fundamental em Sylvio Romero, a concepção da historia litteraria e do folclore como campo de investigações ethnologicas, o proprio methodo, as idéas geraes, o espirito de systema e certa intolerancia dogmatica—de Theophilo lhe vêm.

Esta influencia do nosso principal positivista no Brasil já foi documentada tambem bibliographicamente pelo sr. Francisco Pacheco no livrinho *Theophilo no Brasil*, apreciavel collecção de materiaes para um estudo mais penetrante: ementa de prefacios, citações, referencias, transcripções, apreciações do auctor portuguez, feitas por pennas brasileiras, tudo argamassado por sentimentos de panegyrista.

Não se reduziu ao limitado campo das letras e dos intellectuaes a influencia de Eça de Queiroz. O *ecismo* ou a *ecolatria* foi uma força poderosa na formação moral da gente nova, foi uma concepção da vida, suggeriu obras e estylos, mas delineou tambem caracteres e deu modelos para muitas attitudes. O sr. José Maria Bello, no seu ensaio sobre *Eça de Queiroz e sua influencia no Brasil*, contesta a benignidade dessa influencia e a tem antes por deleteria. Não creio que a arte, verdadeiramente superior, interpretada com consciente sentimento esthetico que se fixe nos reaes valores della, possa deixar de ser sempre fecunda e salutar. Mesmo o mundo de ridiculos, enfatuados, de cynicos e fracassados, que povoa a primeira parte da obra de Eça, quando visto d'alto,

como o artista faz ver, não conquista adhesões, porque leva em si a própria condemnação, não é portanto immoral. E se a sua reconstituição da Paixão de Christo não pode considerar-se definitiva explicação das origens e do triumpho do christianismo, como lembra o sr. J. M. Bello, dá-nos um correctivo de duvida, mixto de scepticismo e de estheticismo espiritualizado, que designam alguns de renanismo, não sem intuito depreciativo. E a duvida, tão moderada de ironia e tão bella na forma de expressão, será sempre uma grande força espiritual, um methodo de conhecimento e até um impulso obrante contra a immobilidade confiada da razão. E a admiravel criação do typo de Fradique Mendes, absolutamente ideal, não será um modelo superior de humanidade; e a discussão do problema da cobardia na *Illustre Casa de Ramires* será tambem esteril? *Et j'en passe...*

Acima destas influencias temporárias e discutíveis, uma pairou, perenne e acatada unanimemente, como genio tutelar das duas patrias: a de «El-Rei Camões», cuja soberania o romancista Xavier Marques ainda ha pouco declarava «indissolvel e perpetua». Do culto camoneano tem sido sempre um templo de sollicitos levitas o Gabinete Português de Leitura, onde se fundou, por iniciativa de Afranio Peixoto, uma sociedade de estudos camoneanos, que suggeriu a criação da cadeira dessa especialidade na Faculdade de Letras de Lisboa. Joaquim Nabuco foi tambem um indefesso e vehemente apóstolo do culto camoneano, ainda no mundo de lingua inglesa.

Entretanto o francezismo punha pé seguro no Brasil e á influencia innegavel de Junqueiro casava-se a de Victor Hugo, fontes ambos, o portuguez e o francês, da poesia condoreira—sarcastica, pomposa, social e anti-catholica.

Durante o romantismo, Herculano gozou de grande prestigio no Brasil, onde a sua influencia principal se exerceu a travez do espirito de Francisco Adolpho Varnhagen, fundador da moderna historiographia brasileira, o qual se creou em Lisboa, com a geração do *Panorama*, como lembra Oliveira Lima no elogio academico que delle traçou. No mesmo *Panorama* sahiram os seus primeiros ensaios de historia.

Ao Brasil foram ou nelle se estabeleceram muitos escriptores e jornalistas, durante a epocha romantica, uns levados pelas dissidias politicas da metropole — foram os que em 1837 fundaram o Gabinete Português

de Leitura—outros pela lucta pela vida, outros pela simples curiosidade intellectual, como Ernesto Cybrão, Rocha Cabral, Emilio Augusto Zaluar, os irmãos Coelho Lousada, Faustino Xavier de Moraes, que veiu a ser cunhado de Machado Assis, Antonio Mendes Leal, Matheus de Magalhães, Antonio Feliciano de Castilho, José Feliciano de Castilho, Reynaldo Montóro, J. C. Vieira de Castro, Gomes de Amorim, etc.

Este ultimo, no nosso romantismo, foi quem mais amou o Brasil, como representante do americanismo litterario, obliterado desde Antonio Diniz, no fim do seculo XVIII. E esta corrente continuou, atravez da epocha do realismo, agora accrescida daquelles que á sua situação litteraria juntavam alguma representação official: Ramalho Ortigão, que foi orador, com Joaquim Nabuco, na inauguração da actual sede do Gabinete Português de Leitura; Raymundo Capella, o esquecido companheiro de Anthero, em Coimbra; Zepherino Cândido, Antonio Ennes, Thomaz Ribeiro, Augusto de Lacerda, Cunha e Costa, D. Olga de Moraes Sarmiento da Silveira, Malheiro Dias, que na *Semana*, do Rio, fez a sua estreia litteraria, Abel Botelho, Ayila Lima, Alexandre de Albuquerque, Marcellino de Mesquita, Augusto Gil, Antonio Claro, João de Barros, Ruy Chianca, Sousa Costa, Julio Dantas, Luiz de Almeida Braga, Joaquim Leitão, João Chagas, Alberto de Oliveira, etc.

Muitas pennas portuguezas têm mantido a ligação espiritual do Brasil com Portugal, por meio da imprensa brasileira, fallando-lhe da velha metropole, da sua cultura e de quanto do antigo mundo possa interessar os seus longinquos leitores: Eça de Queiroz, Maria Amalia Vaz de Carvalho, Ramalho Ortigão, Visconde de Santo Thyrsó, Pinheiro Chagas, Marianno Pina, Guilherme de Azevedo, Conde de Sabugosa, etc. Grande parte da obra de Maria Amalia é mesmo constituída por essa collaboração na imprensa carioca, e uma vez compendiada em volume nos informava um pouco dos valores litterarios do Brasil, porque sobre elles discorria tambem.

De resto, ao contrario do que se tem dito, o conhecimento da litteratura brasileira em Portugal tem sempre crescido, embora sem se popularisar, como é natural, visto fallar duma natureza e dum theor de vida que chocam pelo exotismo; e o commum dos leitores procura o prazer facil de identidade e não caminha ao arripio da sua sensibilidade. Esse conhecimento augmentou principalmente depois de 1885, quando

começaram as edições portuguesas de auctores brasileiros: José de Alencar, Gonçalves Dias, Alvares de Azevedo, Alvarenga, Machado de Assis, Aluizio de Azevedo, Lúiz Guimarães, João Ribeiro, Olavo Bilac, iCoelho Netto, etc.

Theophilo dava-nos em 1877, no *Parnaso Português antigo e moderno*, uma secção consagrada ao lyrismo brasileiro. No mesmo anno José Antonio de Freitas, brasileiro cultíssimo, domiciliado em Portugal, publicava o seu estudo sobre o *Lyrismo brasileiro*, annos depois seguido de livros similares do Padre Senna Freitas e de Teixeira Bastos. Em 1879 Pinheiro Chagas lançava uma collecção de biographias, *Brasileiros illustres*.

Ao coordenar o seu *Thesouro Poetico da Infancia*, Anthero de Quental não se esqueceu do lyrismo brasileiro e d'elle escreveu algumas linhas, que por virem do alto poeta do *Hymno da manhã*, para aqui as desejo transcrever do seu epistolario. Numa carta a Joaquim de Araujo: «Peço-lhe que me traga (se vem cedo) ou envie pelo correio (se ainda se demora) as poesias dos brasileiros Alvares de Azevedo e Castro Alves, se as tem como suppõe o Fortunato. É-me indispensavel introduzir os brasileiros no livrinho, o que faço tanto mais gostosamente quanto realmente acho entre elles verdadeiros poetas. Junqueira Freire é de primeira ordem, um verdadeiro poeta. Ha ainda outros não somenos. Mas tem-me custado encontrar aqui os livros delles. Agora só me faltam esses que lhe peço e que não ha maneira de encontrar por cá. Se V. não conhece Junqueira Freire, hei-de dar-lhe a ler quando vier. Era frade, frade por desgosto amoroso, e morreu aos 24 annos! Se não morre, seria dos maiores do seculo, que lhe sinto no que deixou elementos para isso: —o que lhes noto, em geral, nos brasileiros, é que não são «poetas litteratos», mas verdadeiros apaixonados, arrastados por um fluxo intimo de sentimentos. Por isso, são vivos, ainda quando imperfeitos como artistas, como são quasi todos. Mas ha nelles uma sinceridade de inspiração, uma verdade e uma frescura, uma graça natural que me encantam». (*Cartas*, pag. 208 da 2.^a ed.)

Casimiro de Abreu foi popular em Portugal, tão recitado e cantado como o nosso Soares de Passos. A Portugal vieram muitos escriptores brasileiros, que receberam o agasalho espirital, que suggeria o apreço de suas obras, e que contrahiram solidas amizades pessoas e

litterarias. Varnhagen, lembrámo-lo já, recebeu aqui a primeira influencia, que decidiu da sua vocação historica e ligou o seu nome á caracterisação e denominação do gothico manuelino (V. *Noticia historica e descriptiva do mosteiro de Belem*, Lisboa, 1842).

Porto Alegre, Barão de Santo Angelo, foi amigo de Garrett, a quem retratou com o traje de voluntario do batalhão academico em tela muito prezada do auctor das *Viagens na minha terra*; ambos, Varnhagen e Porto Alegre, trabalharam longamente nos nossos archivos e intimaram na vida intellectual de Lisboa. Eduardo Prado foi amigo de Eça, arauto incansavel da sua gloria e seu collaborador na *Revista de Portugal*. Joaquim Nabuco foi saudado no Parlamento portuguez pela sua voz mais prestigiosa, litterariamente, a de Antonio Candido, que nesse anno de 1881 saudou principalmente, é certo, o chefe do partido abolicionista. Foi tambem Antonio Candido, que em Maio de 1900, no centenario do descobrimento do Brasil, inspiradamente dirigiu a esse paiz as saudações portuguezas, num dos seus mais vibrantes discursos, hymno caloroso ás grandezas e virtualidades do Brasil, e ás bellezas e mysterios da lingua commum. Mais tarde, Nabuco, galhardamente acolhido em Portugal, Nabuco, apostolo ardoroso do culto camoneano, ao inaugurar-se a Academia Brasileira, deixou passar nas suas afirmações de legitima emancipação espirital, de ansiosa differenciação, accents de nativismo que não se casavam com a ordinaria largueza e clemencia das suas vistas.

Tambem a viagem de Valentim de Magalhães teve o lamentavel condão de despertar sentimentos lusophobos no Rio. Magalhães esteve em Lisboa no anno de 1895, deu aqui uma serie de conferencias sobre litteratura brasileira, assistiu á homenagem nacional a João de Deus e nella cooperou, recebendo mostras de affectuosa estima, que por vezes se aqueceram até ao enthusiasmo. Mas o seu relato caloroso e penhorado para a *Semana*, revista que elle dirigia no Rio de Janeiro, não mereceu a approvação de outros redactores, a quem pesava ler palavras carinhosas sobre a velha metropole, Lucio de Mendonça, Tristão de Araripe Junior e Raul Pompeia. Occulto pelo pseudonymo de Pedro Alves, Lucio de Mendonça oppoz aos enthusiasmos de Valentim uma violenta diatribe contra João de Deus, acêrca de quem realmente se haviam feito afirmações excessivas—como é proprio dos povos peninsulares, que não conhe-

cem o commedimento de linguagem. Filinto de Almeida respondeu no *Estado de São Paulo* em defeza serena e justa. Após o regresso de Magalhães, os redactores tomaram-se de razões, a discordia separou-os, e a *Semana* morreu.

As manifestações anti-portuguesas desses homens de letras extendiram-se tambem a Thomaz Ribeiro, que entretanto chegava ao Rio, como ministro.

Camillo tinha sua responsabilidade no avultar destes sentimentos, porque os acirrava com toda a sua obra, em que o «brasileiro», português de torna-viagem, era impiedosamente satyrisado pelo que trazia assimilado do paiz, em que labutára e enriquecera, e porque provocára do mais irritante, chocarreiro e injusto modo o amor-proprio das gentes letradas do Brasil com o seu *Cancioneiro alegre de poetas portugueses e brasileiros*, e a sua referta com os impugnadores, os *Criticos do Cancioneiro Alegre*. Tambem não seria difficil apontar algumas culpas ás *Farpas* de Ramalho Ortigão, que de onde em onde escassearam de tacto, fallando de gente assomadiça e pouco accessivel á ironia. Urbano Loureiro, folhetinista e pamphletario cruel, azedou ainda mais essa incompreensão obcecada, em que Camillo teimosamente se confinava, e Sampaio Bruno, com o seu *Brasil Mental*, repleto de factos, mas cahotico na composição, de modo nenhum contribuiu para a concordia espirital — a qual só poderia vir desta attitude: fazer justiça ao esforço brasileiro, buscar comprehender os seus valores economicos, politicos e intellectuaes e as suas differenças e originalidades; e moderar a ostentação da influencia portuguesa, no Rio principalmente, tendo sempre no espirito que, para além de certos limites, toda a approximação se affigura á susceptibilidade brasileira como um regresso aos tempos coloniaes, tal qual uma harmonia iberica, inintelligentemente proclamada, nos recordará tempos indesejaveis. Machado de Assis não foi justo para com Eça de Queiroz, mas foi-o mais o violento Fialho de Almeida?

Constante e militante foi a amizade de Oliveira Lima, a principal figura da historiographia brasileira contemporanea, educado em Portugal e que da lusophilia fez um timbre e uma caracteristica da sua vida litteraria. Homem independente e justo, nem sempre com suas verdades acres terá agradado a todos, mas o trabalho intellectual é uma lucta pela verdade e não a arte de bem viver na sociedade. As circumstancias

reservaram-lhe o legitimo privilegio de inaugurar, em 1923, a cadeira de estudos brasileiros, creada por iniciativa do sr. Alberto de Oliveira.

A Olavo Bilac recebeu a Academia em 1916, em sessão especial; e a Ruy Barbosa dedicou outra junta extraordinaria por occasião do seu jubileu litterario, em que o sr. Visconde de Carnaxide, com erudição segura, posto que não em forma facil, lhe teceu o elogio.

Neste memento das relações intellectuaes dos dois povos ha-de figurar, e com justiça, o Real Gabinete Português de Leitura, do Rio de Janeiro, porque, apesar de fundado e mantido por commerciantes, é verdadeiramente um organismo cultural. A sua livraria é uma das maiores do Brasil, por certo a terceira do Rio, depois da Bibliotheca Nacional e da do Instituto Historico e Geographico, esta naturalmente especialisada; nella fez grande parte das suas leituras Machado de Assis, que alli depositou o manuscripto da sua peça theatral, *Tu só, tu, puro amor...* Nas suas salas se realisaram, durante algum tempo, as sessões da Academia Brasileira, designadamente aquellas em que foram recebidos Domicio da Gama, Oliveira Lima e Affonso Arinos; albergou o velho Instituto Historico, durante uma sua crise de installação; celebrou con dignamente o tricentenario da publicação do *D. Quixote*; hospedou o Congresso Juridico Americano, promovido pela Ordem dos Advogados Brasileiros; e facultou a sua tribuna aos oradores mais illustres do Brasil.

* * *

Cumpre extrahir alguma conclusão de ensinamento desta apressada ementa de factos, ligeiramente commentados.

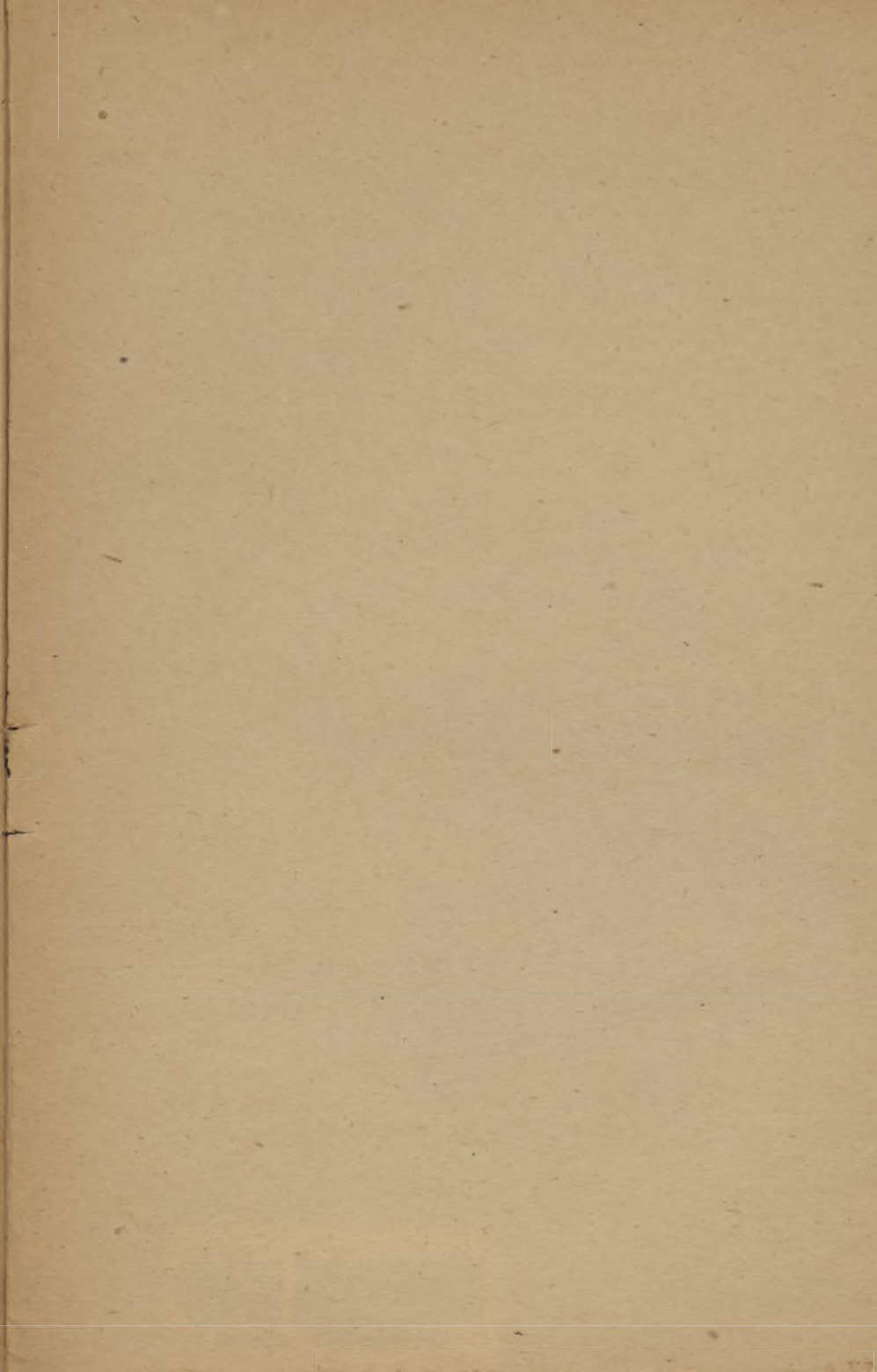
Elles attestam que, afóra ligeiras prevenções e reservas, restrictas ao suspicaz mundo das letras, sempre a boa-fé amistosa presidiu ao trato dos dois povos. Durante três seculos e um quarto de outro, a historia foi commum e não pode considerar-se manchada pela repressão dos balbucios do nacionalismo, porque isso equivaleria a julgar os sentimentos, as idéas e os processos de velhas epochas á luz dum criterio moderno, de acção retroactiva, como que a emendar a historia decorrida; durante o seculo da Independencia não faltou ao Brasil a cooperação devotada, leal e efficiente dos portuguezes, como provaria a enumeração das suas inicia-

tivas e dos seus concursos em todas as horas e como attestam auctorisadas vozes brasileiras. Muita coisa nos une: só nos podem separar os erros dos politicos, a inconsideração da gente verbosa e as phantasias dos que talham o mappa do mundo com a mesma ligeireza dos velhos das Chagas, do tempo de Tolentino, riscando com a bengala na areia...

Methodo para prestigiar Portugal no Brasil—o caso inverso, prestigio do Brasil em Portugal cabe aos brasileiros expô-lo—só conheço um, que é um pouco semelhante aos descobrimentos de M. de La Palice, mas que nunca é demais repetir: trabalhar incansavelmente com perseverança e sacrificio, não com propagandas oratorias e projectos de approximação, trabalhar pelo engrandecimento, pelos progressos e pela gloria de Portugal. Tudo mais vem depois e depressa, como o fructo segue a flor.



MUSEU DE CARALHO
VICINHO DE CARALHO





RÓ
MU
LO

CENTRO CIÊNCIA VIVA
UNIVERSIDADE COIMBRA



1329649322

